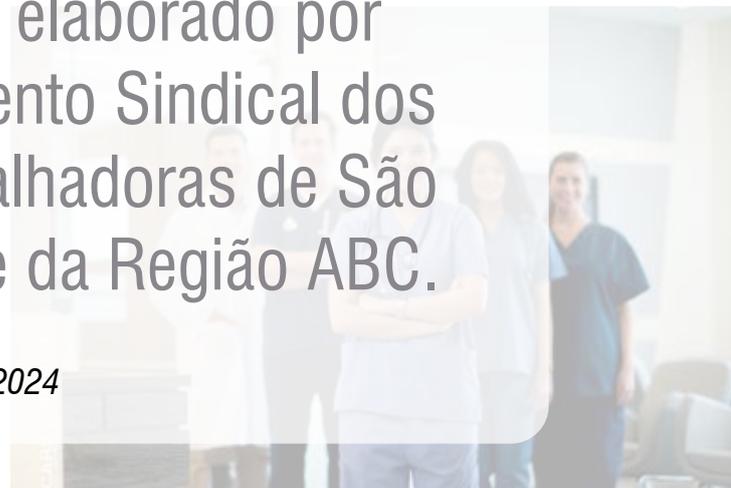
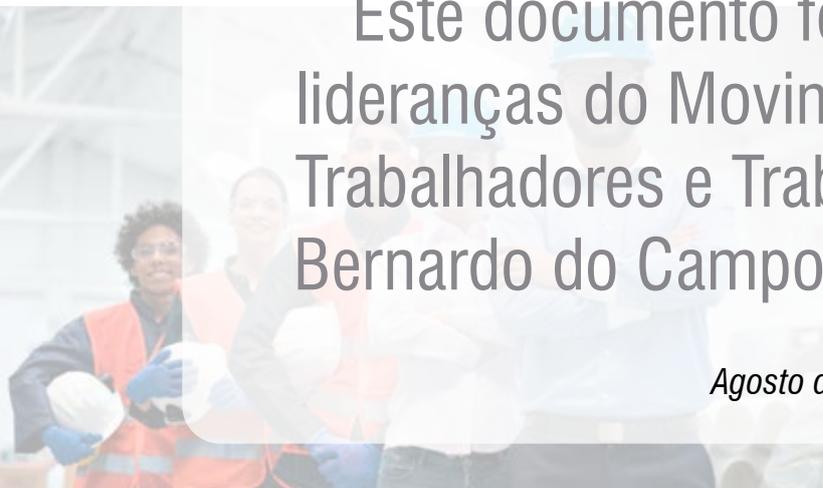




Proposta dos trabalhadores e trabalhadoras de SBC

Este documento foi elaborado por lideranças do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras de São Bernardo do Campo e da Região ABC.

Agosto de 2024



ÍNDICE

Apresentação.....	03
Objetivo	04
- Nossa participação nas eleições municipais do ABC.....	05
Trabalho e Emprego de Qualidade.....	07
- Fortalecimento das cadeias produtivas e complementariedade	07
- A Nova Política Industrial e as oportunidades para a região.....	07
- Qualificação Profissional ao longo da vida.....	08
- Apoio e assistência à mulher trabalhadora.....	09
- Economia solidária, pequenos empreendedores, mercado informal e crédito popular	09
Turismo e Cultura.....	10
Cuidados com os Idosos e as Crianças.....	11
Saúde Pública de Qualidade.....	11
Segurança Pública Cidadã Integrada.....	11
Meio Ambiente e Qualidade de Vida.....	12
Comunicação na Era Digital.....	13
Educação de Qualidade, Inclusiva e Democrática.....	13
Práticas Desportivas.....	14
Infraestrutura Urbana.....	14
Administração Pública Eficiente.....	15
Consulta, Transparência e Participação Cidadã.....	16

APRESENTAÇÃO

As considerações e propostas apresentadas nesse documento são frutos de um amplo processo de consulta e debate que vem sendo realizado a cada eleição municipal há mais de 20 anos, com foco na região do ABC e, nesse ano em particular, no município de São Bernardo do Campo.

O documento representa o acúmulo de conhecimento e a capacidade de elaboração e proposição do movimento sindical da região, representado nesse momento por suas principais lideranças, oriundas de diferentes categorias profissionais e distintas centrais sindicais, o que lhe atribui um valor político excepcional. Além disso, um valor social expressivo, já que reflete a visão de cidade e as demandas de amplos segmentos da classe trabalhadora da região por melhores condições de vida.

Nesse sentido, apresenta propostas específicas para o município de São Bernardo do Campo e outras de caráter regional que reconhecem a ampla mobilidade da população entre as sete cidades da região e a capital paulista, já que vivemos num imenso conglomerado urbano. A classe trabalhadora da região do ABC mora, estuda, consome, se cuida, se diverte e trabalha na região como um todo, se locomovendo de todas as formas possíveis durante todo o tempo.

Mas é para São Bernardo do Campo que APRESENTAMOS, neste documento, as propostas que entendemos necessárias serem implementadas para atender às necessidades e às expectativas de nossos milhares de associados, seus familiares e vizinhos comunitários.

O que acontece em São Bernardo do Campo acaba por impactar e incidir em toda a região, no estado e no país. Por isso, trabalharemos arduamente como cidadãos e cidadãs e, sobretudo, como lideranças sociais e trabalhistas, para fazer chegar aos nossos associados, seus familiares e amigos, essas propostas em consonância com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

As propostas apresentadas nesse documento, que se caracterizam, sobretudo, por reconhecer a nossa vocação industrial e tecnológica, o nosso compromisso com a integração regional, a nossa força institucional, nossa capacidade de mobilização social e política e, sobretudo, o nosso anseio de desenvolvimento regional sustentável centrado na geração de emprego de qualidade com responsabilidade social e ambiental.

Dirigentes sindicais de São Bernardo e Região do ABC

“ *Ninguém vive na União ou no Estado.
As pessoas vivem no município*”
(André Franco Montoro, 1916-1999)

OBJETIVO

O objetivo deste documento é apresentar as propostas dos trabalhadores/as para resgatar a confiança e o apoio popular para o fortalecimento de uma agenda de políticas públicas voltadas à promoção do trabalho decente, com geração de renda e emprego no município mais importante da região do ABC paulista, São Bernardo do Trabalho.

Essa proposta se apresenta em um contexto marcado pela polaridade entre as forças políticas conservadoras e antidemocráticas que administram a nossa cidade e aquelas forças democráticas, progressistas e populares que abraçam a proposta de união nacional liderada pelo presidente Lula em torno de uma agenda econômica e social inclusiva, que busca proporcionar melhores condições de vida e de trabalho para toda a população, independentemente de sua orientação política, religiosa ou de gênero e de sua origem social e econômica.

As pessoas moram, trabalham e transitam no município, nas comunidades e nas cidades irmãs da região do ABC. Esperam do seu prefeito e de seus vereadores a solução para os seus problemas cotidianos e a inovação necessária para dar conta dos desafios emergentes. Esperam contar com o apoio necessário dos governos estadual e federal para os assuntos de sua competência, como a segurança pública, a integração dos sistemas modais de transporte, a coleta e destinação dos resíduos sólidos industriais e caseiros, um sistema de saúde integrado desde o posto de saúde do bairro até hospitais de grande complexidade, um sistema de educação de qualidade do nível básico ou pré-escolar até o universitário.

Um prefeito com capacidade de liderança nos três níveis de governo é o que anseia a população de nossas cidades e os trabalhadores e trabalhadoras em particular. Sabemos, como lideranças sindicais, profissionais e comunitárias, as dificuldades e os desafios que ainda temos pela frente nesse momento de transição do autoritarismo dos anos anteriores para um novo período de normalidade democrática, aonde o diálogo, a ciência e o espírito público se sobreponham a posturas ideológicas e discriminatórias orientadas, na verdade, por interesses econômicos não-declarados.

Por isso, o movimento que representamos é amplo em seu aspecto político e diversificado em sua dimensão cultural e composição social. Somos trabalhadores e trabalhadoras do setor público e privado. Muitos também, diretamente ou indiretamente, comprometidos com novas formas de trabalho, como MEI, PJ, autônomos, cuidadores, artesãos, médios e pequenos empreendedores comunitários locais que contribuem para a qualidade de vida na cidade e o sustento de suas famílias.

Nossa participação nas eleições municipais do ABC

Historicamente as organizações e mobilizações dos trabalhadores/as empunham as bandeiras da justiça econômica e da liberdade de ação sindical e política, bases para se construir uma esfera pública efetivamente democrática para debater os rumos da região, do estado e do país. Essa é a nossa fortaleza. Essa é a força do ABC unido!

O processo de integração regional pelo qual batalhamos nasce da luta operária, que conquistou, junto com os movimentos sociais do campo e das cidades, as eleições livres e diretas para todos os níveis de governo e a constituição de espaços públicos para a gestão democrática e participativa de municípios, regiões, estados e do país. Por outro lado, nossos adversários políticos flertaram recentemente com os movimentos golpistas que tentaram desqualificar a escolha popular através do golpe. Não podemos nos esquecer disso!

Na região do ABC, tivemos a honra de participar de experiências inovadoras como o **Consórcio Intermunicipal do Grande ABC**, criado em dezembro de **1990**, num contexto de crise econômica e como parte de novas concepções de ação regional. O Consórcio surgiu como nova maneira de propor a busca de soluções conjuntas para os problemas pelos quais passava a região, especialmente em temas relacionados ao meio-ambiente, na gestão de recursos hídricos e destinação dos resíduos sólidos. Em 1992 foi realizado o “**Fórum ABC Ano 2000: Rumos do Desenvolvimento Regional**”, que resultou na elaboração de um documento com propostas para dinamizar a economia do ABC. Parte da qualidade de vida que temos em nossa região nos dias de hoje tem origem naquele período e naquelas experiências democráticas de participação social ampla. É isso o que queremos recuperar!

Vem do mesmo período a constituição do **Fórum da Cidadania do Grande ABC**, que teve origem no movimento “Voto no Grande ABC”, organizado em **1994**, e que apostou no surgimento de novas lideranças políticas através do fortalecimento da representatividade da região, investindo no aumento da bancada legislativa, tanto no Congresso Nacional, quanto na Assembleia Legislativa. Outra experiência exitosa!

Sindicatos e movimentos sociais que fizeram parte do “Voto no Grande ABC” decidiram criar uma entidade que pudesse ser o instrumento de representação da sociedade civil organizada para a discussão dos problemas locais. O **Fórum da Cidadania**, que atuou nas eleições de 1994 e promoveu debates entre os candidatos aos cargos executivos dos municípios, cobrou sempre uma perspectiva regional na condução da política local, o que foi decisivo para que a pauta do debate fosse a regionalidade, como também para a sucessão dos prefeitos e dos novos rumos da experiência de articulação e cooperação intergovernamental.

Se o primeiro passo da ação regional tinha sido dado com a retomada das atividades do **Consórcio Intermunicipal**, o segundo surge com a criação da **Câmara Regional do Grande ABC**, em março de **1997**, para estimular o desenvolvimento econômico local, com a participação da comunidade e das prefeituras da região. Além de possibilitar a ampliação das atividades do **Consórcio Intermunicipal**, a **Câmara Regional** acrescentou também novas discussões temáticas, uma vez que ampliava a concepção de desenvolvimento regional ao incluir como suas dimensões essenciais a **geração de emprego, a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população**.

Da Câmara Regional nasceu a **Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC**, em **1998**, para, em conjunto com o **Consórcio Intermunicipal**, dar suporte institucional aos trabalhos coordenados pela **Câmara Regional**.

Foram muitos os projetos e diretrizes discutidos e elaborados nesses espaços de encontro da administração pública com a sociedade em sua diversidade. Desse cenário saiu muita coisa do que hoje representa o ABC em termos positivos, mas também em termos de lições aprendidas.

Entre os aspectos positivos, reconhecemos os Eixos Estruturantes criados pela Câmara Regional com o objetivo de congregar assuntos e possibilitar sinergias no desenvolvimento das ações. Entre algumas das prioridades daqueles eixos estruturantes, destacamos: aprimoramento do sistema educacional da região e aumento da escolaridade da população de jovens e adultos; criação de centros de tecnologia e desenvolvimento visando o fortalecimento das cadeias produtivas; constituição de incubadoras de empresas; recuperação e preservação do meio ambiente; planejamento urbano e viário; promoção de uma melhor integração entre o ABC e o município de São Paulo; políticas de redução da exclusão social. Temas que ainda continuam em nossa agenda!

Em dezembro de 2005 o Presidente Lula lançou a pedra fundamental para a construção da **Universidade Federal do ABC**, cujos primeiros alunos iniciaram os cursos em 2007; em 2005 foi aprovado o projeto de lei que institui normas gerais de contratos para a constituição de consórcios públicos por meio de gestão associada. O investimento para a ampliação da capacidade produtiva do Polo Petroquímico de Capuava foi outra iniciativa resultante desse período.

No âmbito do **Consórcio Intermunicipal Grande ABC**, **11 programas desenvolvidos resultaram em benefícios bastante concretos para a população regional**, apenas no período de **2013 a 2016**, como: 1.073 guardas civis municipais treinados; o abrigamento de 501 mulheres e crianças; a promoção de 18 audiências públicas; R\$ 31,6 milhões em recursos federais captados para a mobilidade urbana que resultou entre outros benefícios, na redução expressiva do número de acidentes de trânsito e atropelamentos. Mais recursos foram atraídos para obras de drenagem urbana, gestão integrada de resíduos sólidos e fortalecimento das cooperativas de catadores. Um total de 553 famílias foram removidas de áreas de risco utilizando recursos municipais e estaduais para o auxílio-aluguel, enquanto um estudo também realizado por iniciativa do Consórcio apontava um déficit de 230 mil moradias na região. O desenvolvimento econômico e o turismo da região ganharam estímulo por meio da parceria com a **Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC** que resultou no apoio a grandes eventos de atração de investimentos para a economia local. Um Plano Regional de Educação e outro de Cultura também foram desenvolvidos. Na área da Saúde Pública, o Consórcio promoveu ações de conscientização sobre os cuidados com a gripe influenza A causada pelo vírus H1N1 e iniciativas regionais de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, Zika vírus e febre Chikungunya.

Esses são apenas alguns exemplos dessa caminhada de décadas de **fortalecimento da integração regional e da promoção do trabalho decente em toda a região do ABC**, especialmente em São Bernardo do Campo. Como sempre dissemos: as pessoas vivem, trabalham, estudam, interagem em toda a região!

Os trabalhadores e as trabalhadoras das categorias profissionais das entidades sindicais que assinam este documento são a melhor prova dessa característica de nossa região.

TRABALHO E EMPREGO DE QUALIDADE

O eixo central da gestão municipal deve ser a **promoção e articulação de políticas capazes de facilitar a geração de emprego de qualidade.**

Fortalecimento das cadeias produtivas e complementariedade

O ABC, como muitas regiões do Brasil e do mundo que tiveram o desenvolvimento de sua economia centrado na indústria, passou por um forte processo de reestruturação produtiva.

PROPOMOS a retomada de fóruns tripartites envolvendo os trabalhadores/as e suas representações sindicais, as esferas públicas de governo e as associações empresariais, e que os fóruns sejam espaços para estudos e discussões sobre as cadeias produtivas relevantes da região como forma de incentivar sua diversificação e fortalecimento.

O diálogo social tripartite baseado nas diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) reúne as capacidades necessárias para encontrar soluções que fortaleçam a base produtiva e as cadeias de valores presentes na região, sejam elas locais, regionais, nacionais ou internacionais.

A Nova Política Industrial e as oportunidades para a região

O Brasil vive um novo momento com a retomada do processo democrático sob a liderança do presidente Lula. Programas exitosos foram retomados com inovações e outros estão sendo apresentados ao país. Entre eles, a Nova Política Industrial, que busca melhorar diretamente o cotidiano das pessoas, estimular o desenvolvimento produtivo e tecnológico, ampliar a competitividade da indústria brasileira, nortear o investimento, promover melhores empregos e impulsionar a presença qualificada do país no mercado internacional. Criada no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e debatida com as entidades representativas do setor industrial, patrões e empregados, academia, analistas internacionais e investidores, a proposta inova ao articular investimentos com vantagens ambientais competitivas, modernização do parque industrial, inovação tecnológica, integração energética, necessidades sociais, pesquisa e desenvolvimento, educação de alto nível e distribuição no território. A comparação é inevitável e a constatação vem a seguir: o Estado de São Paulo ficou para trás!

Sob o governo anterior, dezenas de empresas multinacionais, como a Ford (EUA) e a Holcim (Suíça), deixaram o país. A debandada de empresas na região do ABC e no Estado de São Paulo foi ainda maior e continua com um governo estadual mais preocupado em privatizar empresas rentáveis como a SABESP e o Metrô do que atrair novos investimentos industriais para o estado. Aquele que foi, outrora, o estado motor industrial do país vai ficando para trás enquanto for governado por políticas neoliberais orientadas pelos interesses do setor financeiro. São Paulo precisa mudar para voltar a ser uma potência industrial e a região do ABC é, naturalmente, aquela que pode avançar nesse sentido. Por isso, **PROPOMOS** à próxima administração de São Bernardo do Campo:

- Incentivar a modernização e diversificação industrial: fundamental para proteger e ampliar o tecido industrial local. A gestão municipal desempenha um papel crucial nesse processo. É preciso adotar políticas públicas para atração de novas tecnologias, capazes de promover práticas inovadoras que aumentem a competitividade das empresas da região;

- Qualificação profissional (sistema S): é necessário promover a qualificação profissional, em parceria com o sistema S, dialogando com as novas formas de trabalho impostas pelas mudanças tecnológicas e energéticas, com foco no território. Isso garantirá que nossa força de trabalho esteja preparada para os desafios e oportunidades do futuro;

- Retomada da política de APL: é essencial retomar a política de Arranjos Produtivos Locais (APL) para fortalecer a integração e a cooperação entre empresas e instituições, promovendo o desenvolvimento econômico sustentável e a inovação;

- Complexo Industrial da Saúde: desenvolver um complexo industrial da saúde para fortalecer a produção local de equipamentos e insumos médicos, garantindo maior autonomia e segurança para o setor;

- Transformar o CEITEC (Centro de Inovação e Tecnologia) em um verdadeiro motor de desenvolvimento para a cidade. A ativação das funções originárias do centro, aliada a uma gestão eficiente e a políticas públicas voltadas para a inovação, permitirá que SBC se destaque como um polo tecnológico de referência, impulsionando a indústria local e melhorando a qualidade de vida de seus cidadãos;

- Plano municipal de logística alinhado ao Plano Diretor, para otimizar o transporte de mercadorias e a infraestrutura logística;

- Expandir a plataforma de exportação de produtos industrializados: devemos expandir a plataforma de exportação de produtos industrializados, aumentando nossa participação no mercado global e fortalecendo a economia local através de um comércio exterior robusto e diversificado;

- Centralidade das universidades: as universidades devem estar no centro desta política, atuando como núcleos de pesquisa, inovação e formação de profissionais altamente qualificados;

- Fórum municipal da indústria: propomos a criação de um Fórum Municipal da Indústria, onde representantes do setor, governo e comunidade possam discutir e traçar estratégias para o desenvolvimento industrial sustentável de São Bernardo do Campo.

Qualificação profissional ao longo da vida

As inovações tecnológicas aplicadas à produção, ao comércio, à comunicação, à mobilidade urbana e à quase todas as áreas relacionadas com a vida urbana, demandam um nível de conhecimento incessante que, por sua vez, necessita de um processo de aprendizagem permanente, de caráter profissional, ao longo da vida, começando pelos mais jovens e as mulheres.

PROPOMOS uma aliança do poder público com as empresas que demandam tecnologia de ponta em seus processos produtivos ou de logística, para juntos, com base na avaliação das cadeias produtivas e por meio do diálogo social, identificarem as carências e buscarem os

meios necessários para suprir as necessidades de promover a qualificação profissional dos trabalhadores/as da região.

As potencialidades regionais para atração de setores produtivos ligados à alta tecnologia e serviços especializados, demandam novos conhecimentos dos trabalhadores/as, principalmente dos mais jovens.

Apoio e assistência à mulher trabalhadora

A mulher que trabalha, especialmente se gestante ou mãe, requer uma atenção maior por parte do Estado, da sociedade e dos empregadores. Dessa maneira, contribui para a economia local e o sustento das famílias. Por isso, **PROPOMOS**: a) Abertura das creches municipais aos domingos e feriados com o objetivo de beneficiar as mães que trabalham nesses dias, como aquelas do comércio em geral; b) A extensão do horário das creches já existentes, facilitando para mães que trabalham no período da tarde até a noite, como exemplo das trabalhadoras de lojas de shopping centers, mercados, cuidadoras etc.

Economia solidária, pequenos empreendedores, mercado informal e crédito popular

Compreendendo a economia solidária como a organização auto gestionária dos trabalhadores/as sobre os meios sociais de produção, avaliamos ser de grande importância a ação regional articulada no apoio e incentivo à organização de cooperativas de produção, consumo e crédito no ABC. Atuar decisivamente no campo da economia solidária significa ampliar a proteção social dos trabalhadores/as e fortalecer a Previdência Social pública.

A região é pioneira em São Paulo tanto na organização de empreendimentos solidários auto gestionários, como na implantação de políticas públicas de incentivo. O movimento sindical atua desde a década de 90 junto a diversos empreendimentos localizados no ABC.

O cenário atual traz de volta com muita ênfase a necessidade de suportes aos empreendimentos já existentes e que venham a ser criados com base nos princípios do cooperativismo e da autogestão, com entidades voltadas a esse suporte, com legislação inovadora já existente ou que deva ser constituída em nossos sete municípios e de caráter também regional. Para além da economia solidária, atenção específica deve ser dada aos **pequenos empreendedores/as**, aos **microempreendedores individuais**, e aos **empreendedores/as informais**, como parte da estratégia de inclusão produtiva e de combate à pobreza que deve marcar a atuação sindical em nossa região.

PROPOMOS a implementação de um plano municipal de economia solidária, em que a administração priorize a **oferta de crédito** para os empreendedores locais, principalmente moradores de comunidades e bairros de nossas cidades. Em face das dificuldades econômicas e da ausência de empregos formais, as pessoas tendem à iniciativa empreendedora como forma de sustento próprio e familiar. O poder local, administração e legisladores devem realizar todos os esforços para apoiar **essas iniciativas** vinculando-as a elementos de inclusão bancária, social, tecnológica, para que alcancem sustentabilidade, sejam perenes e cresçam, gerando emprego decente, renda para as famílias e arrecadação fiscal para o município. Entendemos que este elemento, da mesma forma que os anteriormente mencionados, deve fazer parte de uma estrutura de **diálogo social** focado no **desenvolvimento sustentável** do ponto de vista **econômico, social e ambiental**.

TURISMO E CULTURA

O turismo de negócios, marcado por eventos como feiras, conferências, congressos etc., é um grande gerador de emprego e renda, já que mobiliza o setor hoteleiro, de transportes por aplicativo, de alimentos e outros. A realização de eventos dessa natureza próximo a indústria pode ser alavancado com o apoio da administração municipal, encontrando áreas que combinem com o turismo ecológico no entorno da represa Billings e a zona de proteção da Mata Atlântica.

As alternativas de turismo ecológico devem ser priorizadas, bem como o usufruto de parques e de alternativas de socialização locais e seguras, como monumentos e museus.

PROPOMOS o envolvimento da administração pública com os grupos sociais que, por si mesmos, buscam desenvolver atividades de lazer e entretenimento associadas aos recursos naturais e culturais da região, como os passeios a Vila de Paranapiacaba, que atrai turistas da capital e de toda a região; os grupos de ciclistas urbanos, cada vez mais numerosos; grupos de pescadores esportistas, tão comum nas empresas; grupos de ginastas que ocupam nossos parques etc.

As associações civis e sindicatos podem apoiar e organizar esses grupos para o diálogo e a aliança coordenada com o poder público, para que se realizem no exercício de suas atividades esportivas, culturais ou de lazer simplesmente, gerando ocupação e empregos na região.

As festas populares e religiosas e outras manifestações culturais também devem ser estimuladas e apoiadas já que podem representar renda para as comunidades locais. **PROPOMOS** que as secretarias municipais de turismo, cultura e meio ambiente organizem fóruns regionais e municipais com as entidades da sociedade civil, incluindo os sindicatos e associações profissionais e de aposentados e pensionistas, para a organização e implementação de uma ampla agenda de atividades que mobilize as pessoas e gere emprego e renda.

CUIDADOS COM OS IDOSOS E AS CRIANÇAS

O envelhecimento da população, combinado com o aumento da expectativa de vida das pessoas, traz novos desafios – e custos – para a gestão pública: saúde, transporte, assistência social. Todavia, representa igualmente uma oportunidade de geração de empregos para jovens e mulheres, principalmente. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a chamada “economia dos cuidados” tem um forte potencial de integração de amplas parcelas das famílias nos sistemas de proteção social.

Final, as mulheres compõem a maior parte do contingente de pessoas que buscam qualificar-se para o trabalho de cuidado de idosos e crianças, o que ajuda, inclusive, a aliviar os custos diretos de internação hospitalar.

PROPOMOS que a gestão municipal desenvolva um programa de apoio voltado para essa nova economia, incluindo a capacitação profissional e a integração aos programas de saúde da família, redes de apoio e assistência. Além de melhorar a qualidade de vida das pessoas de maior idade, o serviço dos cuidadores tem um impacto econômico e social direto e relevante:

libera familiares para o mercado de trabalho (normalmente, jovens mulheres, com nível de educação mais elevado) ao mesmo tempo que oferece uma renda adicional para outras famílias, muitas dessas mantidas principalmente por mulheres. **PROPOMOS** a abertura de **Casas de Atenção aos Idosos** com horário estabelecido de entrada e saída.

SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE

O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma das maiores conquistas da Constituição Federal de 1988. Defendemos o SUS como política pública universal, essencial para a promoção, proteção e recuperação da saúde e da defesa da vida dos trabalhadores/as. O SUS deve ser parte integrante e estruturante de uma rede de bem-estar e proteção social que devemos seguir defendendo, construindo e avançando. Buscar o aperfeiçoamento e inovação do SUS nos municípios, qualificar e valorizar os profissionais da área da saúde e incentivar a participação da população e dos movimentos sociais na formulação e execução das políticas de saúde devem ser compromissos dos administradores das nossas cidades.

Constituídos a partir das lutas dos trabalhadores/as contra os acidentes e a contaminação, os **Centros de Referência em Saúde do Trabalhador** dos municípios do ABC integram a Rede Nacional de Saúde do Trabalhador (RENAST), coordenada pelo Ministério da Saúde. Os Centros ajudam na determinação de diagnóstico do processo de adoecimento e podem contribuir para o desenvolvimento sustentável da região, com a participação dos trabalhadores/as e seus representantes na gestão local e regional dos Centros. Para tanto, **PROPOMOS** a constituição de um fórum regional tripartite, com a participação das Gerências Regionais do Trabalho e Emprego, os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador e as agências do INSS no ABC para debater e aprofundar a integração dos serviços de saúde e segurança no trabalho (SST) no âmbito regional. No âmbito das ações de promoção da saúde **PROPOMOS** incluir no calendário oficial do município o DIA DE COMBATE AO CÂNCER INFANTO-JUVENIL, a ser lembrado no dia 23 de novembro de cada ano, com atividades informativas, educativas e de orientação às famílias.

SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ INTEGRADA

O governo do presidente Lula vem implementando políticas públicas importantes no âmbito da segurança pública, amparadas, sobretudo, na inteligência policial e na integração de ações investigativas e preventivas com as polícias estaduais, a Força Nacional e as Força Armadas. O controle de portos e aeroportos foi reforçado, coibindo o crime organizado internacional atuante em nossas fronteiras e territórios. As dificuldades são imensas após o governo anterior ter facilitado o comércio de armas e ter desmantelado todos os sistemas de vigilância. O atual governador de São Paulo quer manter e ampliar essa política que prioriza a milícia e não a polícia.

Defendemos uma polícia bem treinada, bem remunerada, que atue em sintonia com os princípios legais, integrada com a comunidade e com os demais órgãos do Estado, como a educação, a assistência social e a saúde; com policiais formados sob uma ótica social e estruturante, que não apenas combata as ações criminosas, mas que colabore para fortalecer o Estado social; que dialogue com adolescentes em situação de risco, em estruturas públicas

educativas que eliminem a característica prisional e se configurem, de fato, em entidades que promovam a reinserção do jovem infrator na sociedade por meio de atividades educacionais, esportivas, de lazer e de qualificação profissional. Que direcione aos serviços de saúde e assistência social os dependentes químicos e as vítimas de violência, principalmente mulheres vítimas de agressão. Que combata a prática e a violência de todas as formas de racismo e discriminação de qualquer natureza. **PROPOMOS** desenvolver políticas voltadas às crianças e aos adolescentes de modo que se consolide o combate à exploração sexual, ao uso de drogas e ao trabalho infantil.

Por fim, **PROPOMOS** a unificação de ações entre as Polícias Civil e Militar e as Guardas Municipais na região, visando melhorar a segurança pública ostensiva por meio da socialização das informações, integração com a comunidade, e da ação integrada e organizada na região, orientada pela inteligência policial.

MEIO AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

A gestão de parques e praças públicas é uma atribuição direta da administração pública local, não apenas em termos de oferta, mas principalmente em termos de conservação (iluminação, cuidados com a jardinagem, segurança, serviços higiênicos, limpeza e desinfecção etc.).

A ação pública no tema do cuidado ambiental é, por natureza, municipal e regional. O desafio é como organizar de forma eficaz esta ação. Comprendemos ser fundamental que a **política de meio-ambiente regional** seja descentralizada. Desta forma, **coordenada pelo Consórcio e em diálogo permanente com a Agência**, poderá se buscar ação eficiente nas urgentes questões deste tema: mudanças climáticas, coleta e destinação de resíduos sólidos e preservação das áreas de mananciais.

As **áreas de mananciais** seguem sendo ocupadas de maneira crescente e desorganizada. Nas margens da Billings já vivem mais de um milhão de pessoas. O esgoto e o lixo ali produzidos são, na maioria das vezes, jogados diretamente no espelho d'água. Não há legislação e fiscalização que deem conta do crescimento populacional que ocorre nessa região. Em detrimento das moradias irregulares, a vida das pessoas e dos mananciais são colocadas em risco. Por isso, é preciso promover ações para o desenvolvimento de uma política de atendimento às demandas de moradias existentes atualmente na região.

Está também em risco o abastecimento de água na região, o que pode prejudicar a sobrevivência da população local. **PROPOMOS** a elaboração de um projeto de esgoto e de coleta de lixo para as áreas de mananciais, uma vez que o nível de água da represa tem sido gradativamente reduzido ao longo dos últimos anos.

PROPOMOS também a regularização fundiária dessas áreas, a promoção de infraestrutura, a criação de leis específicas e fiscalização ativa do poder público nas áreas de proteção de mananciais, principalmente nas margens da represa Billings, para também garantir o aproveitamento do potencial turístico da região.

COMUNICAÇÃO NA ERA DIGITAL

Talvez mais que nunca em nosso país e em nossa região, o acesso à banda larga de internet se faz uma necessidade vital. Com a adoção do home office como prática empresarial cada vez mais comum, o uso da internet vai mais além do simples e necessário lazer e entretenimento. Do mesmo modo, a digitalização dos serviços públicos municipais e a interação destes com os cidadãos é uma realidade já sentida e de certo modo já implementada em níveis diferentes de abrangência e diversidade.

PROPOMOS que a administração pública municipal disponibilize o máximo de informação e serviços por meio digital, dispensando o cidadão de gastos como locomoção, falta ao trabalho e espera em filas. Isso também permitirá uma sensível redução dos custos da administração pública em médio e longo prazo, disponibilizando mais recursos para investimentos sociais.

A participação cidadã também pode ser incrementada por meio do acesso digital a consultas e debates públicos. **PROPOMOS** a implantação de quiosques com acesso gratuito à internet em áreas públicas, principalmente nas regiões mais carentes, bem como nas escolas e unidades de saúde municipais.

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, INCLUSIVA E DEMOCRÁTICA

Garantir a educação justa e promover oportunidades é crucial para um país como o Brasil, que enfrenta desafios enormes nos aspectos pedagógico, financeiro, social e cultural. **PROPOMOS** que a gestão municipal garanta: educação pública, laica e de qualidade, assegurando acesso e permanência; gestão democrática; garantia do financiamento; valorização dos profissionais da educação, e o compromisso em vetar qualquer proposta que venha travestida de cerceamento, objetivando impedir ou limitar a liberdade de cátedra para os professores/as.

Para que tenhamos uma educação inclusiva de qualidade, é recomendável a presença em sala de aula de um auxiliar técnico estagiário do curso de Pedagogia (ou Licenciatura em Educação Especial), ou de pessoa já formada nestes cursos, para auxiliar o professor/a na sala de aula com a presença de **pessoa com deficiência (PcD)** na condição de estudante.

Também é recomendável que a administração municipal promova a participação de professores/as da rede em cursos de especialização na área de educação inclusiva.

Por isso, **PROPOMOS** que o município disponibilize moradia permanente para pessoas com deficiência que ficarem órfãs, as chamadas ‘Casa Lar’. **PROPOMOS** também a abertura de uma ‘Central de Libras’ no município, destinada a pessoas com deficiência auditiva e/ou visual. **PROPOMOS** a elaboração de um ‘Projeto Cão Guia para Cegos’, a implantação de semáforos sonoros e a garantia de acesso físico aos bens públicos e órgãos da administração, por meio de rampas de acesso e outros meios. Por fim e não menos importante, **PROPOMOS** a criação de um Centro de Convivência para Pessoas com Deficiência no município.

PRÁTICAS DESPORTIVAS

Os sindicatos reconhecem que as práticas esportivas cumprem um papel integrador de comunidades e grupos sociais, especialmente adolescentes e jovens. Além disso, ajudam a promover a saúde e a qualidade de vida, principalmente de aposentados e idosos. Por isso, defendemos que o orçamento público reflita essa importância e enfoque ampliado, disponibilizando mais recursos para o setor. Como sindicatos, promovemos e apoiamos campeonatos desportivos interempresas ou dentro de uma mesma empresa ou seções do serviço público. Sendo assim, **PROPOMOS** que a administração pública, por meio da sua Secretaria de Esportes, articule, com as organizações sindicais e associações interessadas, a realização de torneios e campeonatos desportivos abertos aos trabalhadores/as dos setores público e privado.

INFRAESTRUTURA URBANA

A infraestrutura urbana se refere principalmente as vias públicas e equipamentos públicos urbanos que buscam garantir a qualidade de vida do cidadão e o perfeito funcionamento das cidades: distribuição de energia e de água, de cabos de internet, serviços de coleta de esgoto e outros.

Uma boa e eficaz infraestrutura urbana resulta também na economia de recursos e na destinação de investimentos para outras finalidades. Um prefeito é bem avaliado pelos cidadãos quando os serviços públicos funcionam bem e não são caros. Um dos serviços mais sentidos é o de **locomoção urbana na região**. Por isso, as ações aqui propostas são de caráter interdisciplinar, matricial e transversal, em três eixos fundamentais: trânsito, transportes e infraestrutura viária.

Isso, para que se possa garantir agilidade e segurança nos deslocamentos; minimizar os conflitos entre os modais; garantir a fluidez da logística de cargas, assegurando desenvolvimento econômico sustentável; e a promoção de ações educativas que contribuam na construção da cultura da paz entre condutores e usuários no uso do espaço **público** e no exercício da cidadania.

Em tempos de congestionamentos recordes e trânsito cada dia mais complicado, é necessário que se efetive um sistema regional e integrado de transporte intermodal que diminua o custo monetário e de tempo gasto pelos trabalhadores/as em seus deslocamentos para o trabalho, para o estudo e para o lazer. Por isso, **PROPOMOS** a criação do Conselho Regional de Mobilidade e Acessibilidade, vinculado ao Consórcio, com participação dos trabalhadores/as e suas entidades representativas, de associações de usuários, empresários do setor e as prefeituras da região, para debater propostas para o trânsito, os transportes e a infraestrutura viária regional. **PROPOMOS** também que o Consórcio coordene a implantação do Bilhete Único Regional Intermodal, preço único, uma demanda antiga dos cidadãos.

Além disso, a implantação de ciclovias bem-sinalizadas, iluminadas e protegidas em áreas urbanas caracterizadas por deslocamentos curtos e médios se mostrou uma solução urbana de excelência e deve ser aprimorada.

PROPOMOS, dessa forma, a realização de estudos para a implantação de mais ciclovias urbanas, inclusive nos corredores principais que ligam os municípios da região, integrados às estações rodoviárias e de trem urbano, com estacionamento de bicicletas vigiado por câmeras.

PROPOMOS, ainda, avançar na negociação com o governo do estado para a implantação do projeto da Linha 18 do Metrô, que interligará as cidades da região com a capital paulista por meio da conexão: Estação Tamanduateí – São Caetano – Santo André – São Bernardo do Campo.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE

Como visto, o movimento sindical é precursor na construção da regionalidade no ABC, atuando intensamente na criação da Câmara Regional e compondo a maioria de seus grupos de trabalho. Reivindicamos a retomada das discussões sobre o Planejamento Estratégico Regional, como forma de atualizá-lo às novas realidades do Grande ABC.

PROPOMOS a integração vertical da atuação de órgãos públicos da administração federal e estadual na região do ABC. Acreditamos que este é um passo necessário para fortalecer as sinergias entre as diversas esferas da administração pública e valorizar o serviço e o servidor público, evitando, assim, a precarização e a terceirização orientada, muitas vezes, por interesses políticos e econômicos não republicanos.

Buscamos o compromisso das administrações locais em colocar em atividade todas as comissões municipais, principalmente a Comissão Municipal de Emprego. Para isso, todos os membros devem ser convocados de forma ampla, a fim de incentivar sua participação. É urgente desenvolver, ampliar e capacitar os integrantes desses órgãos colegiados da administração pública.

Como forma de priorizar o crescimento e o desenvolvimento da região, considerando não somente a melhoria dos indicadores atuais, mas também a atração de novos empreendimentos e a construção de políticas sociais, entendemos ser necessária a disponibilização de dados estatísticos que possam subsidiar os argumentos e as ações dos agentes públicos. Neste sentido, é imperativa a constituição do Centro Regional de Informações Sociais e Econômicas, o que possibilitará produção, sistematização e análise de dados sobre a população e o mercado de trabalho regionais.

PROPOMOS que se retome a concepção originária do Observatório Social Regional, pensado para ser a instância regional para a sistematização e a disponibilização de informações regionais para a sociedade, bem como a parceria com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), tal como ocorreu entre os anos de 1998 e 2002.

PROPOMOS a reintegração do município ao quadro associado da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e do Consórcio Intermunicipal para fortalecer a cooperação regional e a implementação de políticas públicas integradas.

São Bernardo do Campo, sendo uma das cidades com os maiores orçamentos do Brasil, possui um grande potencial de consumo público que pode ser crucial para o desenvolvimento das empresas locais. Implementar uma política de compras públicas que priorize fornecedores locais é uma estratégia eficaz para potencializar o impacto do orçamento municipal.

PROPOMOS desenvolver uma política de compras públicas: priorizar fornecedores locais nas compras públicas para estimular a economia municipal e apoiar os pequenos e médios empresários locais.

CONSULTA, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Uma administração pública altamente digitalizada e que direciona suas políticas com base em estudos e informações técnicas aplicadas, tende a abrir-se para a consulta e a participação cidadã construtiva como método de governo. **PROPOMOS** a ampliação da participação cidadã por meio da adoção do **diálogo social tripartite**, como método de gestão participativa e eficiente, de caráter consultivo e de assessoramento às câmaras municipais e a órgãos regionais.

O diálogo social tripartite deve envolver os representantes da administração pública e da sociedade, como empregadores e trabalhadores/as, além de movimentos sociais. Outros grupos de interesse podem ter acesso e contribuir para a construção de políticas públicas sustentáveis no âmbito dos municípios ou regionais.

PROPOMOS que a prefeitura e seus órgãos se pautem e se comprometam com os **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)** da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que abrangem questões de desenvolvimento social e econômico, incluindo trabalho decente, pobreza, fome, saúde, educação, aquecimento global, igualdade de gênero, água, saneamento, energia, urbanização, meio ambiente e justiça social. Muitas empresas e instituições sociais presentes na região já se pautam por essa Agenda inclusiva e cidadã, que contribui, em última instância, para melhorar as condições de vida das pessoas.